

**AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E OS MÉTODOS DE ENSINO:
NARRATIVAS E DIÁLOGOS NOS PERCURSOS DA HISTÓRIA DA
EDUCAÇÃO BRASILEIRA (SÉC.XIX-XX).**

ALMEIDA, Maria Zeneide Carneiro Magalhães de.¹

Esse ensaio apresenta como propósito central, demarcar a difusão dos métodos de ensino e das práticas pedagógicas bem como a importância que os eventos pedagógicos exerceram no cenário da história da educação em diferentes momentos, nos quais esses artefatos foram palcos de acontecimentos marcantes, mobilizando o interesse e a atenção de educadores, tanto no Brasil como em outros países. Tem ainda dentre seus objetivos o de ampliar as contribuições no campo da História da Educação brasileira e o de compreender os percursos dos processos de difusão e implementação dos métodos e práticas pedagógicas enquanto plataforma de reformas educacionais, vinculadas às políticas de escolarização e educação no Brasil,

Trata, também, da reconstrução das memórias e das experiências sobre a escolaridade dialogando com as lembranças de ex-alunos sobre os métodos de ensino, em seu tempo e lugar. Assim, O foco do objeto desse estudo baseia-se também, nas lembranças sobre os métodos de ensino, os processos didáticos e práticas pedagógicas vivenciados no sertão brasileiro, no espaço geográfico do denominado de Grande Sertão ou sertão “roseano”ⁱ e, tomando como recorte temporal o período entre o Império e a República.

O estudo aqui apresentado resultou de pesquisas de campo, cuja construção do seu *O Corpus* contou tanto com fontes orais como fontes escritas. Os dados foram coletados por meio de entrevistas, questionários, observação e análise de documentos, em arquivos públicos, institucionais e particulares. O recorte temporal contempla os acontecimentos e cenários do início a meados do século XX. O aporte teórico que ilumina as análises teve eixo norteador as contribuições da abordagem dialética.

A pesquisa de campo foi realizada também percorrendo boa parte desses lugares, seja a busca de documentação escrita e de aportes materiais (cadernos, registros, fotos, casas, dentre outros), seja para realização das entrevistas. Foram realizadas mais de

¹ Professora Adjunto da PUCGOIÁS/ED; Profª aposentada da UFG/FE. Doutora em História Cultural (UNB/PPH); Mestre em Educação (História e Filosofia da Educação - UNICAMP/FE). Pesquisadora vinculada à linha: Estado, Políticas e Instituições Educacionais/PPGE-PUCGOIÁS.E--mail: belalorena8@yahoo.com.br.

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

vinte entrevistas, entretanto, serão apresentados aqui fragmentos recortados das lembranças de três narradores.ⁱⁱ Discussões sobre a validade ou pertinência dos métodos, práticas e materiais pedagógicos não foram aqui abordadas.

Assim, os métodos de ensino serão buscados nas narrativas por meio das lembranças e contextualizados à luz também dos diálogos com dados empíricos (livros didáticos, cartilhas, cadernos, relatórios) e com a literatura produzida sobre esses temas, em contraponto às normas de controle e procedimentos oficiais. Lembrar, ainda que, esses eventos e conferências pedagógicas vieram, na maioria das vezes, pelas mãos de reformadores e autoridades educacionais com o intuito de difundir novos métodos e formas de ensinar e educar que pudessem contribuir para o encaminhamento de questões relacionadas aos problemas de aprendizagem enfrentados pelas Instituições escolares.

Assim, as “grandes festas didáticas”, tomando aqui de empréstimo uma expressão utilizada por Moysés Kuhlman Jr. (2001), vêm se tornando tema de grande interesse entre historiadores da educação e das diferentes linhas de pesquisas que buscam compreender o significado e o papel que a difusão e a circulação de novos métodos e abordagens teóricas exerceram para construção dos saberes pedagógicos influenciando reformas educacionais e contribuindo para o surgimento de Instituições, como os Jardins de Infância, voltadas para atender às demandas sociais nesse sentido.

Dentre esses eventos, as denominadas Conferências e exposições, além dos museus, revistas e impressos pedagógicos, se constituíam em espaços dessas “festas didáticas” para exposições de novos materiais, livros, cartilhas, mobiliários, enfim, novidades pedagógicas intercambiadas entre os países, indústrias produtoras, editores, dentre outros. Sempre cercadas de euforia e entusiasmados discursos políticos e de autoridades que preconizavam suas reformas e projetos que, não raras vezes, eram recebidos com muita expectativa pelos professores e pelas Instituições educacionais. Como também nos lembra Anaete R. Schelbauer:

“Compêndios de pedagogia, relatórios oficiais sobre a instrução pública, também figurou nessas exposições e congressos pedagógicos, constituindo- como uma das importantes inovações pedagógicas da escola na segunda metade do século XIX, momento de propagação da campanha universal em prol da criação e difusão da escola primária de ensino obrigatório, laica e gratuita para as classes populares e a

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

conseqüente organização dos Sistemas Nacionais de Ensino, consubstanciando a educação escolar como função do Estado.”(SCHELBAUER, 2003, p...)

Ressalvo, aqui, que as questões de implementação de políticas e reformas, sejam na Educação, quer seja em outras áreas, estão sempre vinculadas aos interesses do Estado/Nação. Assim, as reflexões de Anne-Marie Chartier sobre a história das práticas de leitura e escrita na França da III República (1875-1940), tiveram como projeto para a escola primária, além do “ler-escrever-contar” também, “construir uma consciência nacional” e também laica, por meio da utilização da leitura e legitimada via escolaridade:

[...] O Ministério da Instrução Pública dispunha de meios de informações (pesquisas, relatórios, inspeções) bem estabelecidos sob o Império autoritário, tanto por vontade de controle político como por preocupação de eficácia pedagógica. A imprensa profissional [...] fazia eco aos debates em curso: *memória livresca versus método intuitivo*, aprendizagem “por rotina” *versus* por princípio, conflitos entre métodos de leitura (antiga soletração, leitura sem soletração). [...] Mas, também das práticas da tradição e da inovação. (CHARTIER, 2007, p. 68-69; grifos nossos).

Do mesmo modo, o Projeto para a Instrução Pública, no Brasil, elaborado por Rui Barbosa, trazia no seu bojo preocupações de forte colorido político-ideológico, de construção de uma “consciência nacional”, de forjar a identidade de um País que se pretendia moderno, por isso, letrado. O projeto propunha, em 1886, a implantação do novo método intuitivo, já defendido anteriormente pela Reforma de Leôncio de Carvalho, em 1879, por meio das versões francesas do livro **Lições de Coisas**.

“Nos dois casos, o debate repousava sobre a singularidade das práticas escolares no cotejo às demais práticas culturais e sobre a constituição de uma retórica laica”, segundo Diana Vida l(2005) a ser legitimada via escolarização. Ambos os projetos tem suas raízes nas Conferências internacionais realizadas com objetivo de difundir o novo método. Como esclarece em seus estudos de SCHELBAUER (2001):

Durante a Exposição da Filadélfia, em 1876, a temática do ensino intuitivo esteve em maior evidência, como retrata o *Rapport sur*

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

L'Instruction primaire à L'Expositivo Universelle de Philadelphie, organizado por Ferdinand Buisson (1878), enquanto secretário da Comissão de Estatística do Ensino Primário e representante do Governo Francês [...], contou com a participação de uma comissão brasileira, designada pelo Governo Imperial e foi amplamente noticiada pelo mundo, através da imprensa e dos homens públicos que dela participaram. O *Rapport* serviu de referência a muitos intelectuais no Brasil em suas discussões e projetos de Reforma. Um exemplo são os pareceres de Rui Barbosa sobre o Ensino Primário, de 1883. (SCHELBAUER, 2011, p.5).

A ênfase na implantação do método considerado como moderno e científico, tinha suas bases científicas derivadas da psicologia. Como lembra Maria Cecília Cortez e Souza, citando as críticas de Rui Barbosa, “o método poderia por fim às mazelas da instrução pública imperial” (apud SOUZA, 2000, p. 79). Nos contornos de uma política educacional, naquele contexto, o projeto tinha o claro propósito de forjar a construção de uma nacionalidade divorciada das interferências da Igreja, daí as críticas dirigidas à educação jesuíta e a influência da sua cultura arraigada nas práticas escolares e educativas da sociedade brasileira.

No bojo dessas críticas a reformas vinha embutida a valorização da escrita e da pronúncia corretas, vistas naquele momento como importante instrumento de unidade nacional, de fortalecimento da língua pátria e da imagem do País. José Murilo de Carvalho (1990, p.11) analisa em seu livro *Formação das Almas*, que o objetivo da educação pública seria o de “penetrar nas almas” da nascente República brasileira. Enfatiza ainda, Diana Vidal: “aqui, a discussão sobre a memória e memorização toma outro rumo” (VIDAL, 2005, p. 11; 116).

Assim configurada, a memorização passa a ser, segundo Diana Vidal (2005, p.112), “compreendida dentro do espectro das faculdades inferiores, era detratada por políticos e educadores que pregavam seu banimento da escola e sua substituição pelo uso de novos métodos pedagógicos, particularmente o intuitivo”, introduzido no Brasil pelas mãos de Rui Barbosa, que traduziu sua versão americana na obra de Norman Calkins.

Vale lembrar, entretanto, que o método **intuitivo**, ou **lições de coisas**, resultou das idéias e experiências do pedagogo suíço Johan Heinrich Pestalozziⁱⁱⁱ. Assim explica Joy Palmer, os princípios teóricos que fundamentam o seu método:

As três principais dimensões da natureza humana – a cabeça, o corpo e o coração. [...]. O objetivo da educação era desenvolver essas forças, natural ou psicologicamente. [...] O ponto central é o da educação não como conhecimento, mas como o fortalecimento e harmonização de capacidades intelectuais e psicológicas. (PALMER, 2005, p. 87-88).

Esses princípios enfatizam as orientações e as estratégias que exercitem a observação e intuição da criança, do aluno, e voltem-se para as atividades que irão desenvolver as habilidades cognitivas como a observação e a intuição que prendam a atenção e o interesse do aluno de modo natural, para as coisas que fazem parte do seu mundo, das coisas em sua volta – **lições de coisas**.

Assim, Pestalozzi refinou as contribuições da psicologia para o campo pedagógico, concedendo-lhe um *status* mais científico. ^{iv}Luciano F. Filho (2000) pontua que Pestalozzi “lançará luzes sobre a importância de a escola observar os ritmos de aprendizagem dos alunos”. Isso significa dizer que nem todos aprenderão a leitura e a tabuada do mesmo modo ou no mesmo ritmo. Diz ainda:

“O professor somente poderia ensinar bem se o processo de ensino levasse em conta os processos de aprendizagem do aluno. [...] O assim chamado método *intuitivo* deve essa denominação à acentuada importância que os seus defensores davam à *intuição*, à *observação*, enquanto momento primeiro e insubstituível da aprendizagem humana.” (FARIA FILHO, 2000b, p. 143; grifo nosso).

Por outro lado, também decantado como científico, vinculava a pedagogia às concepções de Spencer sobre o evolucionismo humano. Ou seja, o processo evolutivo da humanidade deveria ser aplicado aos processos de ensino-aprendizagem. As críticas de Rui Barbosa vão influenciar várias reformas da instrução pública no início do período republicano, se não como principal, mas um dos mentores que fundamentaram e legitimaram as reformas, principalmente por meio dos seus conhecidos relatórios e pareceres.

No diálogo das fontes narrativas com as análises intertextuais das autoras, reconheço como indicativas do uso do método intuitivo pelos mestres sertanejos, como também aponta Frade (2004, p. 6): “o método intuitivo na gênese dessa relação,” que os

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

seus estudos estabeleceram entre as correspondências mantidas entre as escolas mineiras, os órgãos da Secretaria do Interior e as editoras, principalmente a Francisco Alves, e o conteúdo dos livros e cartilhas nos quais ela identificou a orientação para disseminação do método:

A página de rosto da Cartilha Analytica de 1923, apresenta de entrada os “Aphorismos de Pestalozzi”: - “Cultivae as faculdades em sua ordem natural; formae primeiro o espírito, para instruí-lo depois. Primeiro a syntese, depois a analyse. Não a ordem do assunto, mas a ordem da natureza”. [...] Inicia o diálogo com os professores que anuncia brevemente posições teóricas presentes no livro: “Provocar, em palestra, a observação dos alumnos sobre um objecto ou estampa qualquer, levando-os a enunciarem sentenças (cinco ou seis), relacionadas umas com as outras, de modo que o objecto lógico de uma seja empregado com o sujeito da sentença imediata, formando o todo de uma sentença descritiva do objeto ou estampa que sirva de assumpto da lição” [...]. (FRADE, 2004, p. 7-8; aspas da autora).

A narrativa a seguir, é do senhor Ismael Carneiro Magalhães, com 92 anos, na época em que me concedeu a entrevista, lembrando suas experiências escolares, no sertão mineiro:

[...]“Noções de Coisas”: é a descrição de animais domésticos e selvagens e objetos de uso comum... Hoje, aliás, há décadas não se estudou mais lição das coisas... Muito importante... O que é uma cadeira? Para saber como é feita, seus componentes, tal... Para que serve? “Menino, o que é uma cadeira? E tal coisa? [...] observar, comparar... Isso, em todas as matérias, ciências, geografia, assim por diante... (Entrevista, 2008).

A Cartilha Analytica, de Arnaldo Barreto, cujo conteúdo lembrado pelo narrador Ismael Carneiro, encontra-se num exemplar datado de 1923, aqui analisado por Isabel Cristina A. da S. Frade, que mapeou a produção e disseminação desses impressos com o “objetivo de dar visibilidade a aspectos da educação mineira e brasileira”, nas décadas iniciais do século xx; encontrou pistas que indicam “tanto uma adoção oficial

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

quanto um deslocamento de uso da Cartilha Analytica para as escolas rurais, enquanto são adotados oficialmente outros livros para as escolas urbanas.”(FRADE, 2004, p.2-3).

No trecho acima, tanto narrador como a autora demonstram que houve ampla difusão e disseminação do método por todo o Brasil. Inclusive, como é o caso de uma escola denominada de “itinerante” ou ambulante, na zona rural do noroeste mineiro, na região conhecida como Grande Sertão Recorda o narrador que, o mestre Benevides, em 1928, na fazenda-escola do Tamboril, na região mencionada ,utilizava o método “lições de coisas” e com “muita propriedade”. Narra sua experiência positiva como aluno que estudou pelo método, que ele denomina “Noções de Coisas” ou lições de coisas.

Trata-se da Cartilha Analytica, de Arnaldo Barreto, cujo conteúdo relembado pelo narrador encontra-se num exemplar datado de 1923 (Figura 4.6), aqui apresentado por Isabel Cristina A. da S. Frade (2004, p. 2-3), que mapeou a produção e disseminação desses impressos com o “objetivo de dar visibilidade a aspectos da educação mineira e brasileira”, nas décadas iniciais do século xx; encontrou pistas que indicam “tanto uma adoção oficial quanto um deslocamento de uso da Cartilha Analytica para as escolas rurais, enquanto são adotados oficialmente outros livros para as escolas urbanas.”

As escolas ambulantes foram criadas por um decreto de Melo Viana em dezembro de 1925, e já no início do ano seguinte 22 Escolas Ambulantes tinham sido implantadas no norte de Minas Gerais. Para sua implementação, a Diretoria de Instrução Primária elaborou expedientes com orientações específicas para criação, implantação e funcionamento, como esclarece Maurilane Biccas (2008, p. 39), “com os seguintes itens: da matrícula e da frequência; das matérias do curso; do funcionamento da escola; das promoções e dos exames; dos professores; dos vencimentos; do material escolar; do fechamento das escolas.”

Essas explicações da narrativa do senhor Ismael coincidem, pelo que foi possível relacionar, com As orientações encaminhadas por Rui Barbosa, que ao criticar a memorização encaminhava como alternativa moderna para o ensino a utilização do método intuitivo ou **lições de coisas**.

Outro narrador, o senhor Pedro dos Santos, 87anos, apresenta-me um dos livros que estudou, quando também foi aluno do mestre Benevides (1937-38), e depois por ele também utilizado quando foi professor, nas décadas de 1940-60: “Aqui esse livro (mostra o livro) tem as lições que ele dava.”

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

Trata-se de um livro do Felisberto Carvalho, que traz conteúdos de várias matérias, como ciências, geografia, história, leitura e português. O exemplar que o senhor Pedro possui é o livro terceiro, uma edição de 1937. Esses livros eram enviados para as escolas pela Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais, do mesmo modo que a cartilha de Thomaz Galhardo, sobre a qual já me referi anteriormente.

O senhor Pedro dos Santos mostrou-me também, o livro “Aritmética Elucidativa” de autoria do professor Nelson Benjamim Monção, com quem estudou o professor Benevides Doro, em Januária; depois o professor Nelson se tornou um editor em São Paulo e sempre enviava exemplares dos seus livros ao ex-aluno e amigo.

O livro “**Aritmética Elucidativa: o livro do povo**” acima mencionado pelo meu entrevistado, traz na sua capa o enunciado da sua abordagem: “Ensino Prático e Intuitivo.” Demonstra a disseminação do método pelos professores da região, inclusive com uma produção regional nessa direção. O senhor João Rocha, outro narrador, que também estudou com o professor Benevides, nos anos 1937-38 e, em 1940, foi aluno do senhor Ismael Carneiro, ambos nas escolas sertanejas, relembra da sua experiência com as leituras e dos livros em que estudou:

[...] Eu li Felisberto de Carvalho, quase todos tinham esse livro, era dos livros didáticos da época. Tinha Felisberto de Carvalho pai e filho...Tinha O Soldadinho de Chumbo e os manuscritos, mas esses já foram na escola de Job. O livro de Felisberto de Carvalho tinha conteúdo de história, geografia e de contos literários... Era de leitura fácil. (Entrevista, 2008).

Mas, as narrativas levantam questões sobre as quais gostaria de atentar. De um lado, os caminhos que acredito, trilhavam os mestres, no sentido de conciliar essa cultura internalizada pelas práticas culturais daquele momento histórico e lugares e as tentativas de contemplarem os encaminhamentos das instâncias constituídas de onde emanavam as propostas metodológicas das formas do ensinar.

De outro lado, elas remetem para a multitudine das formas de ensinar que prevaleceram por décadas nos processos de escolarização brasileira nos diferentes lugares, espaços e tempos em que ela se deu. As discussões sobre a pertinência deste ou daquele método ou processo de ensino, como também se designava em algumas situações.

Isso posto, considero que essas questões ligadas à utilização e implantação de novos métodos nem sempre alcançam o esperado pelas políticas governamentais porque

IV EDIPE – Encontro Estadual de Didática e Prática de Ensino - 2011

ignoram o *habitus* das práticas humanas, ou seja, os modos de incorporação dos discursos e do funcionamento da realidade social em suas relações da “interioridade” com a “exterioridade”. (BOURDIEU, 1996). A internalização de teorias e métodos exige um processo de elaboração e maturação da aprendizagem, no qual não desprezamos o que já memorizamos. O mesmo ocorre com aqueles que se dedicam a ensinar outrem: ensinam o que sabem, o que aprenderam e como aprenderam. A atividade da prática é a ponte estendida entre o memorizado e o novo, que acessa os caminhos do entendimento, da compreensão. Construindo um amálgama dos novos conhecimentos ressignificados aos já internalizados.

Por isso é que, apesar das críticas em diferentes épocas, chegamos aos anos 1920-30-40, sob o fogo cruzado desses debates. Entra em cena, nesse período no Brasil, o movimento da Escola Nova, que se assenta nos princípios da escola democrática voltada para a formação do cidadão, fundamentados pelas contribuições do pedagogo e filósofo John Dewey.^v

O educador brasileiro Anísio Teixeira^{vi} foi seu discípulo, traduziu várias de suas obras e é considerado seu principal interlocutor no Brasil. A Escola Nova defende, então, o surgimento de uma nova escola na qual a experiência do aluno é valorizada, considerando seu “lado ativo” no processo de ensino-aprendizagem. Segundo Franco Cambi (1999, p.549), a pedagogia de Dewey é “inspirada no pragmatismo [...] e intimamente entrelaçada com as pesquisas das ciências experimentais [...] e empenhada em construir uma filosofia da educação que assume um papel muito importante também no campo social e político”.

Philippe Perrenoud (1997, p. 42), discutindo sobre as práticas docentes e suas interfaces com as reformas educativas/educacionais, chama a atenção dos reformadores para a importância que o *habitus* dos professores exerce no sucesso ou não das inovações, considerando que pesquisas apontam para os indícios de que: “o movimento das idéias pedagógicas [...] pouca ou nenhuma incidência teve sobre as práticas” e sobre os modos de ordenamento de saberes, que ele internaliza para exercer o seu ofício de ensinar, evidentemente sobre aquilo que ele também aprendeu e como aprendeu, e, principalmente, do modo como ele acredita que sabe ensinar.

Como lembra Bourdieu, as práticas cotidianas são inscrições que se forjam no processo de interface entre nossas experiências externas (exterioridade) e nossas representações (interioridade). Busco antever os interesses e as injunções que permeavam esses debates sobre os métodos, as formas de ensinar e do educar. Ou seja,

do professor e educador.

ⁱ Uma referência ao escritor brasileiro João GUIMARÃES ROSA e seu romance Grande Sertão: Veredas, cujo enredo desenrola-se nessa região do estado e, onde foi criado pelo Governo brasileiro o Parque Nacional que leva o nome do romance.

ⁱⁱ Narradores: Assuero Carneiro da Rocha, 86 anos, nasceu e vive ainda hoje no sertão; Ismael Carneiro Magalhães, (*1916+2010) então com 94 anos, funcionário público aposentado, residia até sua morte em Goiânia-Goiás; João Carneiro de Almeida, 81 anos, advogado, funcionário público aposentado, reside em Cuiabá-Mato Grosso. Todos nasceram e se tornaram adultos na região do Grande Sertão, na Fazenda Bela Lorena, município de Formoso-MG.

ⁱⁱⁱ Johann Heinrich PESTALOZZI (1746-1827), pedagogo suíço, que esboçou um projeto de um Instituto de aprendizagem industrial e agrícola para crianças pobres, estabelecido na sua propriedade rural em Neuhof. Escreveu vários textos sobre os estágios da aprendizagem das crianças, entre eles “Minhas Pesquisas sobre a Evolução da Natureza e do Homem” e “Leonardo e Gertrudes;” neste último, a exemplo de Rousseau, formulou o conceito educacional sobre a formação do “homem moral” (*Menschenbildung*). O conjunto da sua obra ficou conhecido como “método Pestalozzi”. Em 1800, tornou-se o primeiro preparador nacional de professores e viu seus livros didáticos serem publicados (PALMER, 2005, p. 84-89).

^v John Dewey (1859-1952 – EUA)- pedagogo e filósofo americano, dentre as muitas obras que publicou, Democracia e Educação. (EUA-1916); São Paulo: Nacional, 1959;; suas idéias inauguram o movimento escolanovista, ou da Escola Nova, como é mais conhecido. Sobre ele, entre as inúmeras obras no campo da história e da filosofia da educação, utilizo aqui a de CAMBI, Franco – História da Pedagogia. Tradução de Álvaro Lorencini. – São Paulo: UNESP, 1999.

^{vi} Anísio Spíndola Teixeira (1900-1971-BR)- um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação - ABE (1924); um dos autores do conhecido “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”- 1932; ocupou vários cargos na Administração educacional do País. Sobre ele, cf. dentre muitos: Monarcha, Carlos (org.) – Anísio Teixeira: a obra de uma vida. R.J. DP&A, 2001; Mendonça, Ana Waleska- Anísio Teixeira e a Universidade de Educação. Rio de Janeiro Ed. EFRJ, 2002; Nunes, Clarice. Anísio Teixeira: a poesia da ação. Rio de Janeiro, PUC-RIO, Departamento de Educação, 1991. Tese de Doutorado. Dentre suas principais obras: Educação Não é Privilégio; Educação no Brasil; Educação é um Direito. A Ed./UFRJ, em 1999, reeditou estas e outras obras do educador.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA, Maria Zeneide C.M. de. Educação e Memória: Velhos mestres de Minas Gerais(1924-1944). Brasília, UNB,2009(tese de doutorado).

BARBOSA, Rui. Refoma do Ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública (1883). **Obras Completas de Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e saúde, v.10.t.2, 1946.

BICCAS, Maurilane de Sousa. **O impresso como estratégia e formação: Revista do Ensino** de Minas Gerais (1924-1940). Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Tradução Marisa Corrêa. Campinas, SP: Papyrus, 1996.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, José Murilo. **Formação das Almas: o imaginário da república no Brasil**. 3. ed. 16. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Ane-Marie **Um dispositivo sem autor: cadernos e fichários na escola primária**. Tradução: Marta Maria Chagas de Carvalho e Valdeniza Maria da Barra. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, SP, n. 3, p. 9-26, jan./jun., 2002.

_____. **Práticas de leitura e escrita – história e atualidade**. Tradução de Ana Maria de Oliveira Galvão et al. Belo Horizonte: CEALE/Autentica, 2007. Coleção linguagem e educação.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo, RS: UPF, 2000.

_____. Instrução elementar no século XIX. In: In: FARIA FILHO, L. M.; LOPES, Eliane M. T.; VEIGA, Cyntia G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 135-149.

FRADE, Isabel Cristina A. da S. Cartilha Analytica publicada pela Francisco Alves: aspectos da materialidade entre ordenamentos pedagógicos e editoriais. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1, 2004, Rio de Janeiro. Disponível em: www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/isabelcristina.pdf, acesso em 03/04/09.

KUHLMANN JR., Moysés. A educação infantil no século XX. In: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena Camara Bastos (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol. III – Século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p. 182-193.

KUHLMAN JR. Moysés. As grande Festas didáticas: a Educação Brasileira e as Exposições Internacionais 1862-1922. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

SCHELBAUER, Analete Regina. O método intuitivo e lições de Coisas: Saberes em curso nas Conferências Pedagógicas do Século XIX. www.histerbr.fe.unicamp.br/artigo_011.html. Acesso em 11.04.2011.

PALMER, Joy A. 50 grandes educadores. Tradução Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2005.

PERRENOUD, Philippe. **Práticas pedagógicas, profissão docente e formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1997. (Perspectivas sociológicas).

SOUZA, Maria Cecília C. C. de. **Escola e memória**. Bragança Paulista: IFAN-CDAPH, Universidade São Francisco, 2000.

VIDAL, Diana G. e SOUZA, Maria Cecília C. C. de (orgs.). **A memória e a sombra** – a escola brasileira entre o Império e a República. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas, SP: Autores Associados, 2005. (Coleção memória da educação).

_____ e FARIA FILHO, L. Mendes de. **As lentes da história** – estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.